

Sustentável pra quem? Conflitos socioambientais na construção de hidroelétricas no sul do Brasil

Sistematización de procesos de investigación - acción y/o de intervención social

GT15 - Meio Ambiente, sociedade e desenvolvimento sustentável

Eduardo Firak Cordeiro; Nayara Letícia Sartori da Silva; Alessandra Lazzari Rodrigues

Resumo: Este artigo busca analisar o entrelaçamento entre Estado, multinacionais e resistência popular em dois casos: UHE(Usina Hidroelétrica) Foz do Chapecó/SC e UHE Itapiranga/SC. No primeiro caso, já posto em marcha, analisaremos os impactos socioambientais. No outro caso são 30 anos de resistência das populações contra a construção da barragem, e trataremos aqui de analisar este processo. A ação e a propaganda do Estado e das empresas está relacionada com as relações de poder que os mesmos tecem entre si, cabendo às populações construir outras relações de poder (poder popular) junto a um amplo conjunto da sociedade, como mecanismos de denúncia e resistência. Ao final, traremos um diagnóstico atual do Projeto Alto Uruguai – Cidadania, Energia e Meio Ambiente.

Palavras-chave: modelo energético, conflitos socioambientais, resistência popular,

1.Introdução

Estima-se que já foram construídas 2.000 barragens no Brasil, com um impacto sob aproximadamente 1 milhão de pessoas, das quais 70% não receberam indenização. Do outro lado do processo produtivo da energia - o consumidor, atualmente 665 empresas consomem sozinhas 30% de energia elétrica no Brasil. Para tal consumidor - grandes empresas do setor siderúrgico, têxtil, comercial, o preço da energia é extremamente barato comparado ao consumidor doméstico. A população em média paga R\$ 0,50 centavos por kWh enquanto que empresas como a Alcoa, a Vale e a Votorantim dispõem de energia à R\$ 0,04 centavos por kWh.

Estamos diante uma problemática que toca profundamente as questões do desenvolvimento, dado que a energia é uma mercadoria essencial para produzir outras mercadorias, e que ela possui uma alta capacidade de gerar lucro às grandes corporações multinacionais que dominam o setor. As populações atingidas pelas barragens enfrentam relações de poder tecidas entre o estado e o capital. O estilo de desenvolvimento dominante ainda reproduz a lógica de insustentabilidade, apesar de discursos e alguns avanços, no jogo dos atores com maior poder de influenciar a sociedade ainda prevalece a ótica do crescimento ilimitado com nefastas consequências socioambientais.

Outros estudos (ROCHA, 2012) já apontaram a face desintegradora do projetos hidroelétricos, principalmente no contexto das estratégias do Plano IIRSA (Integração das Infraestruturas Regionais Sul-Americanas)¹ e do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)². Sob argumento de “progresso” e “desenvolvimento”, atrelado hoje ao termo “sustentável”, os Estados e o capital justificam tais estratégias diante a população enquanto um caminho inevitável.

1 Firmado em setembro de 2000, em Brasília, reunindo 12 países sul-americanos, tem por objetivo romper com a fragmentação da infraestrutura física instalada na região para torná-la uma unidade geoeconômica.

2 Lançado em 2007 com o objetivo de acelerar a economia e a modernização tecnológica, aumentando a competitividade e promovendo a integração interna e externa através de investimentos

Dentro destas duas estratégias – PAC e IIRSA, os projetos hidroelétricos caracterizam por uma inserção no local, onde o poder público e as elites locais desempenham o papel central, fato que manteve com mudança de governo. Convém lembrar que a UHE Foz do Chapecó foi instalada a partir do PAC, em total desconsideração a histórica aproximação do partido do governo (PT) e o MAB.

Estes desafios implicam uma genética cultural sendo contestada em cada fenômeno isolado, onde os membros da sociedade e as instituições que até agora mantiveram a ilusão de conter todas as respostas terão que enfrentar desafios para os quais não há respostas prontas. Não que as dúvidas nunca houvessem existido, mas os mapas cognitivos da sociedade contemporânea se esmaeceram (SANTOS, 2005).

Há uma vasta literatura apontando que vivemos um período histórico marcado por uma crise profunda, do mesmo modo compartilhamos a ideia que a luta pela transformação social sempre se fez presente, tanto ontem, como hoje. E que a nova sociedade será o resultado de um longo processo de aprendizagem social, visto que no enfrentamento com o Estado e o capital as classes exploradas adquirem experiências concretas que forjam o Poder Popular.

2.Crise socioambiental

O tipo de ordem estabelecida na sociedade está hoje gerando desordem na natureza, e a crise ambiental coloca em questão o próprio modo de organização da sociedade e as leis que regem sua reprodução (MEADOWS, 1978; LUTZNERBERGER, 1980; GALLOPÍN, 1986; OLIVEIRA, 1989; VIERA & HOGAN, 1992; PRIGOGINE, I.; STENGERS, 1996).

A crise radica também no malogro da substituição do homem pela máquina, onde o grande projeto transformou num implacável processo de servidão para o produtor e de intoxicação para o consumidor. Illich (1973) apontou 6 ameaças impostas pelo modelo industrial: super crescimento ameaça o direito ao meio; industrialização ameaça o direito à autonomia na ação; super programação ameaça o direito à criatividade; complexidade que origina o sistema de produção ameaça o direito à política; fortalecimento dos mecanismos de usura ameaça o direito à tradição e à utopia; e a última ameaça decorre da frustração engendrada pela satisfação obrigatória e instrumentalizada.

Ao mesmo tempo, a intensificação dos processos destrutivos nas décadas anteriores tem desgastado as concepções conservadoras e tecnocráticas ainda prevalentes na sociedade e, possibilitando a emergência de enfoques integrativos preocupados com o foco irradiador da problemática socioambiental – o estilo de desenvolvimento socioeconômico e cultural subjacente à dinâmica de funcionamento das sociedades modernas (VIEIRA; HOGAN, 1992).

Inúmeros estudos científicos voltados para diagnósticos sobre o estado atual das sociedades contemporâneas e seus ambientes apontam para uma crise sistêmica, de escopo planetário. No Brasil, a última década registrou o maior consumo de agrotóxicos em toda história, tornando-se o principal consumidor destes a nível mundial, lembrando que o país não possui a maior produção agrícola, nem tampouco a maior área agrícola. E ainda nos deparamos com um crescente número de estudos que apontam a íntima relação entre aumento das doenças degenerativas e contaminação ambiental. Por outro lado as instituições democráticas estão marcadas pela burocracia corporativista e por interesses oligopolistas, e os processos produtivos privatizam os lucros e socializam as externalidades.

É notório que o desenvolvimento da ciência trouxe uma quantidade de vantagens, associadas com a intensificação da divisão do trabalho, no entanto, ao mesmo tempo, deram os inconvenientes da superespecialização, do confinamento e daquilo que Morin chama de despedaçamento do saber. Pois não só foi produzido conhecimento e elucidação, mas também a ignorância e cegueira (MORIN, 2000). Frente a desorientação dos mapas cognitivos na atualidade (SANTOS, 2005), o enfoque do

ecodesenvolvimento, concebida no clima intelectual da preparação da Conferência de Estocolmo (1972), enquanto concepção sistêmica que aponta para adoção de uma diretriz preventiva e pró-ativa, critica as finalidades básicas (elevação da taxa de crescimento material ilimitado), as estratégias de planejamento (visão tecnocrática que descarta a participação civil) e os critérios globais de avaliação da eficácia dos processos de desenvolvimento (indicadores econômicos que ignoram os efeitos externos do desenvolvimento – degradação, gestão predatória, perda do controle social da inovação tecnológica e marginalização de amplos setores sociais) induzidos pela ação governamental (FONTAN; VIEIRA, 2011).

Utilizando-se do enfoque de *desenvolvimento territorial sustentável* (DTS), seguindo a trilha aberta pelas reflexões do *ecodesenvolvimento* enquanto visão sistêmica do desenvolvimento, tem-se apontado que os principais condicionantes da crise atual - *o mal estar civilizatório*, estão relacionados com os modelos convencionais de regulação da dinâmica do desenvolvimento socioeconômico. Inúmeros itens são focos geradores da degradação socioambiental: os acidentes da civilização industrial-tecnológica; os efeitos contra-intuitivo do crescimento material e da explosão demográfica; os déficits de informação técnica nos processos de tomada de decisão política; as disfunções da regulação econômica; como também a manutenção de estilos de vida predatórios (VIEIRA, 2007).

Há ainda que considerar, principalmente no que tange ao modelo energético, e a suposta crise de energia, que qualquer busca por uma transformação radical deverá levar em conta a necessidade de sistemas de baixo consumo energético. Pois há, conforme Illich (1975), um limite energético que, superado, inevitavelmente corrompe a sociedade e o ambiente. Trata-se, portanto, de “limitar o crescimento e proibir o consumo de energia para além do nível crítico.” (SANTOS: 1975, p. 85).

A contribuição do Illich (1975) para o debate feito neste estudo reside justamente na contraposição à necessidade sempre crescente de energia colocado pelo estilo de desenvolvimento hegemônico na atualidade. A busca por equidade e liberdade impõe estabelecer limites no uso de energia *per capita*, pois o privilégio no uso de uma maior quantidade de energia por alguns representa um custo social exorbitante para a ampla maioria.

Esta situação exposta por Illich (1975) não se modifica nem mesmo com o descobrimento das formas de produzir energia abundante e limpa, e afirma isto ser um *erro de juízo político*. A tese central apresentada neste livro, bastante similar em outros estudos seus, resume-se da seguinte forma: “...não é possível atingir-se um estado social baseado na noção de equidade e, ao mesmo tempo, aumentar a energia mecânica disponível, a não ser sob a condição de o consumo de energia por cabeça se manter dentro de certos limites.” (ILLICH: 1975, p. 19)

A consideração simultânea de fatores biológicos, psicológicos, socioculturais e ecológicos no planejamento e gestão reforça a importância da abordagem transdisciplinar baseada no conceito de complexidade sistêmica. A co-existência de cenários possíveis aliada à noção de prospectiva territorial tem alimentado o contexto controverso das estratégias de enfrentamento da crise socioambiental ao mesmo tempo em que propõe uma nova articulação da produção científica com o esforço de reorganização social e política (VIEIRA, 2006).

3.Foz do Chapecó e Itapiranga: as relações entre meio ambiente e desenvolvimento

Atualmente existe no Brasil uma maior circulação de informação a respeito dos impactos socioambientais na construção de usinas hidroelétricas, principalmente pelo caso de Belo Monte, vale mencionar alguns deles: deterioração da vida aquática, extinção local de algumas espécies animais e vegetais, pois, algumas vezes nesta região se concentra os últimos remanescentes de seu habitat natural, liberação de (CO₂), causador do efeito estufa, com a decomposição de árvores e plantas a partir da submersão, incluindo a desagregação do tecido comunitário e a violação de direitos humanos.

Segundo o relatório da Comissão Especial dos “Atingidos por Barragens”, aprovado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) em outubro de 2010, o padrão de implantação de

barragens no Brasil “tem propiciado, de maneira recorrente, graves violações de direitos humanos, cujas consequências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual”³.

Segundo Andreis (2008) desde a década de sessenta o Rio Uruguai no seu trecho entre os municípios Águas de Chapecó (SC) e Alpestre (RS) tem sido elemento de interesse pelo seu potencial hidrelétrico, mas foi em 1984 que se confirmou como sendo o local com maior aproveitamento energético e com menor impacto ambiental para a implantação de uma usina hidrelétrica. (ANDREIS, 2008,p.4)

A Usina Hidroelétrica Foz do Chapecó situa-se entre os municípios de Águas de Chapecó (SC) e Alpestre (RS), administrada pela Foz do Chapecó Energia, possui a capacidade de produzir 855 MW de potência e custou mais de R\$ 2 bilhões, sendo que 70% do total será financiado pelo BNDES e por um consórcio de bancos privados como parte das ações do PAC⁴. A formação do lago da barragem atingiu diretamente 2.472 famílias, destas 1.200 foram indenizadas em dinheiro, 314 com carta de crédito, 25 com área de remanescente e 46 foram reassentadas em Mangueirinha (PR), ou seja 887 famílias tiveram o direito negada à indenização.

Inúmeras famílias foram despejadas violentamente nos casos tratados, mas é uma prática comum do estado e do capital. As empresas do setor elétrico⁵, incentivadas pelos governos, ao apropriarem-se de um bem natural – a água - e expulsarem populações inteiras de seus territórios possuem historicamente um acúmulo de violações dos direitos humanos em nome do desenvolvimento.

Entre alguns casos de despejos e desrespeito aos direitos humanos na construção da UHE Foz do Chapecó destaca-se o caso de oito famílias no município de Rio dos Índios, onde as mesmas ficaram alojadas durante quatro meses no ginásio municipal. Estas famílias foram despejadas de suas terras sem receber nenhum tipo de indenização ou reassentamento, pois a empresa afirmava que as famílias não faziam parte do público atingido pela usina. A empresa Foz do Chapecó alegava que as famílias eram frutos do problema social já existente no município e que não era problema deles.

Algumas áreas caracterizadas como parte dos últimos remanescentes da Floresta do Rio Uruguai foram inundadas, com o fechamento das comportas para a formação do lago causou a morte de muitos animais, sendo que 6 quilômetros do rio praticamente ficou sem água e 17 quilômetros tiveram sua vazão reduzida em até 80%, provocando também o isolamento das poucas áreas que restaram da floresta, representando um grande impacto à fauna.

Ainda hoje ocorrem mobilizações e assembleias entre os atingidos conjuntamente com o Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB) para pressionar e cobrar dos órgãos responsáveis a solução dos problemas que ficaram com a construção da barragem.

O caso da UHE Foz do Chapecó é emblemático na “integração desintegradora” que os chamados “projeto de desenvolvimento” promovem nos locais de execução. O poder público local atrelado ao

³ O CDDPH é o órgão do Estado Brasileiro equivalente a comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Comissão dos Direitos Humanos da ONU. O concelho tem a competência para promover inquéritos, investigações e estudos para avaliar a eficácia das normas que assegurem os direitos da pessoa humana, inscrito na Constituição Federal, na Declaração dos Direitos Humanos (1948), podendo receber representações com denúncias de violações dos Direitos, apurar sua procedência e tomar providências das cabíveis referentes a abusos dos particulares ou das autoridades por elas responsáveis.

⁴ Programa de Aceleração do Crescimento (mais conhecido como PAC), lançado em 28 de janeiro de 2007, é um programa do governo federal brasileiro que engloba um conjunto de políticas econômicas, planejadas para os quatro anos seguintes, e que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil, prevendo investimentos totais de R\$ 503,9 bilhões até 2010, sendo uma de suas prioridades o investimento em infraestrutura, em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros.

⁵ Similar em outros setores porém com suas especificidades.

empreendedor da obra fomentou a criação de associações, como estratégia de deslegitimar a ação do MAB, tais associações representaram uma discordância com o movimento, o favoreceu a inserção da hidroelétrica.

Outro elemento importante foi a determinação no edital estabelecendo que consórcio selecionado para executar a obra seria responsável por comprar parte de uma área já escolhida para a criação da Reserva Indígena Aldeia Condá (*kaikang*), o que alterou drasticamente o rumo das negociações. Lembrando que a obra tem financiamento de 80% do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e ainda 49% das ações do empreendimento pertencem ao Estado. Porém “...o atrelamento da instalação da hidroelétrica com a demarcação da Reserva Indígena causou uma reconfiguração de forças...” (ROCHA: 2012, 33), pois sendo o MAB contrário a obra, presumiu-se que estaria sendo contrário à causa indígena.

Neste contexto, o MAB em dezembro de 2001 montou um acampamento na região da futura reserva buscando impedir os trabalhos da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) na negociação das propriedades sem antes garantir a indenização das 3000 famílias que seriam atingidas pela hidroelétrica. Em decorrência desta situação, o sindicato rural, que historicamente esteve na gênese do movimento social, se distanciou do MAB, visto que a posição deste no momento era de que a inviabilização da demarcação poderia representar o embargo da obra. Ainda houveram as divisões entre outros atores – os pescadores, entre aqueles que estavam a jusante e a montante da barragem.

Pode ser visto que no caso da UHE Foz do Chapecó o poder público e as elites locais atuaram sob um suposto benefício que tal projeto traria a região; as universidades locais, particularmente as privadas, agregaram um discurso científico à obra; as associações criadas no processo enfatizaram as melhorias que poderiam vir com as indenizações; os indígenas estiveram ao lado da construção da barragem visto que a demarcação de suas terras foi atrelada a esta; o sindicato também buscou pelas vantagens econômicas que o projeto poderia trazer aos seus associados; e ainda, visto as diferenças entre a montante a jusante, os pescadores se dividiram. Enfim, a conhecida estratégia “dividir para conquistar” (San Tzu) representou “uma forte integração dos grupos no topo (IIRSA) e uma consequente desintegração na base (local das obras).” (ROCHA: 2012, 34).

A história da barragem de Itapiranga é marcada por 30 anos de resistência popular contra sua construção, no início através da CRAB (Comissão Regional dos Atingido por Barragens) hoje através do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem) e outras entidades, sindicatos e organizações sociais. O projeto desta barragem prevê a geração de 725 MW através de cinco turbinas, um investimento em torno de US\$ 2 bilhões de dólares, com uma altura prevista em 36 metros que inundará 2.840 há, atingindo aproximadamente 1.500 famílias.

Sob o discurso do progresso, desenvolvimento, geração de empregos e sustentabilidade a construção de usinas hidroelétricas segue sendo uma fonte de energia “barata” ao estado e ao capital, porém o que se encontra como resultado é um altíssimo impacto socioambiental sobre os territórios.

Estima-se que toda a bacia do Rio Uruguai possui o potencial de produzir aproximadamente 12.816 MW de energia, já foram construídas sete grandes hidroelétricas: Passo Fundo, Itá, Machadinho, Barra Grande, Campos Novos, Monjolinho e Foz do Chapecó, que estão nas mãos de quatro multinacionais: Alcoa, GDF Suez Tractebel, Votorantim e Camargo Correa. Anualmente estas represas produzem R\$ 3,2 bilhões de reais e, visto os 30 anos concedidos, ao total produzirão R\$ 95 bilhões de reais aos seus proprietários. Outros projetos para esta bacia estão sendo arquitetados, como são os casos das barragens binacionais Garabi e Panambi (Brasil-Argentina), e ainda no último trecho do Rio Uruguai as barragens de Iraí, Itapiranga e na foz do rio Peperiguaçu. Há ainda os projetos das barragens de Pai Querê, Garibaldi e São Roque, e de diversas pequenas centrais hidroelétricas na bacia do Rio Chapecó e outros rios da região.

Em outubro de 2011 os estudos de viabilização da barragem Itapiranga foram parados pela Ação Civil Pública do Ministério Público Federal de São Miguel do Oeste (SC), sendo fruto da organização do MAB, população local, entidades e prefeituras. Em assembleias realizadas foram reafirmados a luta

contra a construção da barragem, realização de seminários com depoimentos de atingidos e uma audiência com a Ministra Ideli Salvati para tratar sobre o assunto da barragem.

Segundo entrevistado em 2009 foi realizado um levantamento pelo MAB o qual apresenta que a perda econômica pode ultrapassar 123 milhões de reais por ano com a barragem na movimentação econômica dos seis municípios, sendo que haverá diversos impactos sociais, culturais e ambientais.

4.O Projeto Alto Uruguai apontando caminhos na geração de energia

A região do Alto Rio Uruguai, localizada na divisa entre os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, apresenta atualmente um contexto socioambiental bastante crítico. Muito desse cenário encontrado na região deve-se aos impactos causados pelos diversos projetos hidrelétricos e também pela grande atividade pecuária difundida na localidade.

Buscando diminuir estes impactos da atividade pecuária e também um novo modelo de geração de energia, surge o Projeto Alto Uruguai – Cidadania, Energia e Meio Ambiente. O projeto nasce a partir do Seminário intitulado “Energia e Desenvolvimento”, realizado em Chapecó (SC), em 2003, Convocado pelo Movimento de Atingidos por Barragens - MAB, Prefeitura Municipal de Chapecó e a Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ. O seminário permitiu aprofundar o debate acerca das relações entre o desenvolvimento regional e as formas de produção e consumo de energia no Alto Uruguai. Também estiveram presentes no seminário a Eletrosul, Eletrobrás, a Prefeitura de Chapecó e o Instituto de Planejamento e Pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro IPPUR/UFRJ. No final do evento as entidades presentes acordaram a elaboração de um projeto piloto com a finalidade de desenvolver ações diversificadas relacionadas à universalização do acesso à energia, ao uso eficiente de energia e à identificação de fontes alternativas para a geração de energia⁶.

Mesmo o projeto sendo concebido em 2003, anunciado oficialmente em 2005, teve início efetivo apenas em 2007 pela dificuldade de levantamento de recursos, e acordo formal com as financiadoras. Essa primeira etapa teve abrangência de 29 municípios, sendo dez no Rio Grande de Sul e dezenove em Santa Catarina. Os municípios foram escolhidos por três critérios: serem ribeirinhos ou ligados a municípios ribeirinhos do alto rio Uruguai; abrigarem a criação intensiva de suínos; disporem de movimentos sociais organizados capazes de contribuir para uma ampla participação de instituições e da população regional.

Tem como objetivo transformar a região em um modelo de produção e consumo sustentável de energia elétrica com base local e responsabilidade sócio-ambiental, levando em conta a grande quantidade de resíduos sólidos produzidos na região. O Projeto Alto Uruguai esta estruturado em três eixos principais: conservação de energia; produção alternativa de energia; e inclusão energética. No eixo de conservação de energia, foram capacitados mais de 1300 professores da rede municipal e estadual de ensino e 500 agentes comunitários sobre o consumo consciente de energia elétrica. O treinamento intitulado “Energia e Meio Ambiente” foi transmitido por esses professores para mais de 15.300 alunos da Educação Básica de 191 escolas da rede pública de ensino, e desenvolvidas aproximadamente 100 ações na área de conservação ambiental e energética.

Já no âmbito da inclusão energética teve como objetivo universalizar o acesso de energia elétrica para todas as famílias do meio rural dos 29 municípios de abrangência do Projeto. Foram atendidas 4.816 famílias nestes municípios. Essa atividade foi desenvolvida em parceria com os Agentes do Programa Luz Para Todos⁷ que atuavam na região.

6 MAB e MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) Projeto Alto Uruguai – Cidadania, Energia e Meio Ambiente. 2010-2013

7 Criado pelo Governo federal em 2003, o programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia,

O Projeto Alto Uruguai – Cidadania, Energia e Meio Ambiente, é uma alternativa ao modelo energético hegemônico, visto que, em sua primeira etapa, foram instalados 35 biodigestores (Figura 1) modelo e também enquanto uma alternativa na gestão dos resíduos sólidos da suinocultura e avicultura. O biodigestor é um sistema usado na produção de biogás a partir da decomposição anaeróbia de matéria orgânica, que tem por objetivo a redução dos impactos ambientais e a produção de energia térmica ou elétrica.



Figura - Biodigestor no município de Itapiranga - SC

A primeira etapa foi encerrada em maio de 2010, com excelentes resultados. As vantagens ambientais do projeto são incomensuráveis, com a redução da poluição ambiental e geração limpa de energia térmica, mecânica e elétrica, e, além disso, apresentam também vantagens aos suinocultores com a redução dos gastos com eletricidade, descarte de resíduos, e a produção de biofertilizante que pode ser utilizado na própria produção agrícola ou na geração de renda com o excedente. Essa etapa do projeto mostrou a existência de enormes potencialidades energéticas alternativas.

A segunda etapa do projeto alto Uruguai chegou a ser anunciada em 2012 com a intenção de atender mais 55 municípios. O objetivo central dessa fase é a geração de energia a partir de biogás. A primeira previsão foi que seriam instalados mais dez biodigestores em quatro municípios na região do Alto Uruguai. Esses municípios escolhidos teriam grande concentração de granjas na região para facilitar transporte do insumo para a minicentral geradora como prevista no projeto. Segundo entrevista concedida por membro da coordenação do MAB, com as renovações nas concessões do setor elétrico a Eletrobrás afirma ter perdido verbas e justifica assim a paralisação do Projeto atualmente. O entrevistado afirma ainda que a luta contra a barragem de Itapiranga, que são mais de 30 anos de resistência e há 02 anos via Ministério Público Federal, pode ser um fator que esteja influenciando a paralisação da implantação do projeto em parceria com o MAB.

o Projeto Alto Uruguai – Cidadania, Energia e Meio Ambiente, enquanto uma alternativa ao modelo energético hegemônico, visto que um dos seus objetivos é a instalação de 35 biodigestores modelo para a produção de biogás, e também uma alternativa na gestão dos resíduos sólidos da suinocultura e

operacionalizado pela Eletrobrás e executada pelas concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural em parceria com os governos estaduais.

avicultura.

5. Construindo o Poder Popular

“...é correto que o Partido ou a organização política exerça papel de fermento, estímulo, coesão e orientação para as lutas sociais, que desenvolva a agitação e propaganda, que se preocupe com a formação de quadros, que formule táticas e estratégias, programas e que articule as várias lutas dispersas na sociedade. A busca pela construção do poder popular pressupõe construir mecanismos de participação social direta e extensiva, mas também, de orientação conjunta da classe.” (MAURO; 2006, p. 5)

Entraremos no debate acerca do Poder Popular principalmente porque parece haver uma empatia entre distintas correntes políticas, tal concepção está intimamente vinculada com uma estratégia de transformação social na qual os diferentes movimentos sociais estão no centro. Visto que será através do acúmulo de força destes movimentos sociais que possibilitará alcançar transformações significativas e duradouras.

Dentro do sistema capitalista a luta de classes invariavelmente é um aspecto central, pois este é marcado por uma sociedade de classes. Do mesmo modo são através das contradições colocadas pelas mais variadas lutas sociais que os movimentos populares ganham força, e protagonizam através da organização o caminho da transformação, diferentemente das concepções que dão centralidade a vanguarda ou minorias descoladas da base. O Poder Popular está intimamente vinculado a uma estratégia que busca “...aumentar a força social das classes exploradas e organizá-las para que sua força seja aplicada no conflito...” (CORREA: 2010, p. 2).

Estamos cientes que o próprio conceito de Poder Popular também está em disputa, e o adotamos aqui o sentido utilizado pelo MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionaria) que nos anos 1970 concebia o Poder Popular enquanto um mecanismo de poder contra o Estado e o capital, elaborado no seio das classes exploradas. Presumindo que será ainda nesta sociedade, através das lutas, que surgirá os germes da sociedade futura.

Tratar deste tema implica definir o que entendemos por poder, relacionado com as forças sociais em jogo, ele não está unicamente relacionado com a repressão, pois ele articula e estrutura a sociedade conforme os interesses de quem o detém. Assim, estamos entendendo que o poder paira por todas as relações sociais e, portanto, nunca deixará de existir. Então “...no momento que o povo consegue aplicar sua força social no conflito e vencer a revolução, ele consolida, de fato, um poder que, por ser realizado pelas classes exploradas, poderia ser chamado de poder popular.” (CORREA: 2010, p. 5)

Ainda para avançar na conceituação do Poder Popular, é preciso entendê-lo no campo da experimentação cotidiana das classes exploradas através no interior dos seus mecanismos de luta, entendido como a construção de novas relações humanas, societárias, políticas. E aqui, não distância entre os meios e os fins, pois “se queremos liberdade, o nosso fazer tem que ser libertário.” (MAURO: 2006, p. 31). Do mesmo modo a criação deste Poder Popular, na busca por superar o sistema capitalista e autoritário, “...está ocorrendo todos os dias, em relação a como se orienta e concretiza o trabalho político e social permanente.” (MECHOSO apud CORREA: 2010, p. 7).

O projeto de construção de Poder Popular ligado a estratégia de gerar acúmulo de força social dos explorados, busca sê-lo também um mecanismo pedagógico, principalmente porque “a estrada que pegamos, determinará o lugar aonde chegaremos” (CORREA: 2010, p.8). Ou seja, construir o poder popular não é um mero discurso vazio, que apoia um projeto autoritário de transformação social, traduz-se no modo como serão tecidas as estruturas organizativas e o estilo militante que os movimentos sociais optam para realizar suas lutas de curto e médio prazo. E será justamente nestes “pormenores” (*modos operandi*) que definirá o quanto os movimentos estão próximo daquilo que

almejam.

6. Considerações finais

Este artigo é resultado do envolvimento com os movimentos sociais ligados a Via Campesina/ Brasil, através da realização anual do Estágio Interdisciplinar de Vivência de Santa Catarina (EIV-SC), a participação na Coordenação Político-Pedagógica (CPP/EIV-SC) têm permitido uma aproximação concreta com as populações atingidas, com o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e, portanto, com os impactos concretos na construção de hidrelétricas.

Ao confrontar os discursos e as práticas do Estado e das empresas com os resultados concretos nos referidos territórios verifica-se que sua implementação está relacionada com as relações de poder que os mesmos tecem entre si, sob uma estratégia maior de exploração capitalista nacional e continental, à exemplo do PAC e do IIRSA, sob o disfarce da sustentabilidade. Coube a estas populações construir outras relações de poder (poder popular) junto a um amplo conjunto da sociedade, tais relações atuam como mecanismos de denúncia das inúmeras violações que estão submetidas e também permitem construir instrumentos de resistência.

Trata-se de uma problemática de desenvolvimento impactada principalmente pelo modelo energético “barato”, ao Estado e multinacionais, porém com altos custos socioambientais aos territórios e suas populações, dois discursos radicalmente opostos são mobilizados pelos envolvidos para enfrentar tal problemática. O Estado apresenta-se como um agente de dominação e usurpação, sua face opressora e classista revela-se nas forças repressivas governamentais defendendo os interesses econômicos das multinacionais.

É tempo de começar a procurar dentro de que fronteiras as coletividades humanas concretas podem usar a técnica para satisfazer suas necessidades sem causar prejuízos. Ao mesmo tempo faz-se necessário descobrir os sistemas e instituições que otimizem os modos de produção convivencial. As ferramentas podem possibilitar duas coisas: ou aumentar o poder do homem, ou substituir seu poder. Illich (1973) aponta três obstáculos, são eles: idolatria da ciência; corrupção da linguagem cotidiana; e desvalorização dos procedimentos formais que estruturam a tomada de decisão social.

7. Referências Bibliográficas

ANDREIS, S. (2008) Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó: Remanejamento da População e Avaliação de Imóveis Rurais.

DA ROCHA, H. J. (2012) Integração desintegradora: a trajetória de projetos hidrelétricos desde a IIRSA até as comunidades locais. Mural Internacional, n. 1, p. 30-36.

FONTAN, J. M.; VIEIRA, P. F. (2011) Por um enfoque sistêmico, ecológico e “territorializado”. In: TREMBLAY, G.; VIEIRA, P. F. O papel das universidade no desenvolvimento local (orgs.). Florianópolis: APED: Secco, 2011. p. 19-80.

GALLOPIN, G. (1986) Ecologia y Ambiente. In: Leff, E (org) Los problemas del conocimiento y la perspectiva ambiental del desarrollo. México: Siglo XXI, pp. 126-176.

ILLICH, I. (1973) Convivencialidade. Lisboa: Europa-America.

ILLICH, I. (1975) Energia e equidade. Lisboa: Sá da Costa.

LUTZENBERGER, L. (1980) Fim do futuro? Manifesto ecológico brasileiro. Porto Alegre:

Movimento.

MAURO, G. (2006) Construir o Poder Popular: o grande desafio do novo século. 2006.

CORRÊA, F. (2010) Criar um Povo Forte.

MEADOWS, D. (org.) (1978) Limites do crescimento. São Paulo: Perspectiva.

MORIN, E. (2000) A cabeça bem feita. Repensar a reforma, reformar o pensamento. São Paulo: Bertrand Brasil.

- OLIVEIRA, A. B. (1989) A unidade esquecida homem-universo: uma visão aberta da *physis* no fim do milênio: uma abordagem inter-disciplinar para superar epistemologias obsoletas. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. (1996) O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: Ed. da UNESP.
- SANTOS, B. S. (1975) Comentários a “Energia e Equidade”. ILLICH, I. Energia e equidade. Lisboa: Sá da Costa, p. 85-94.
- SANTOS, B. S. (2005) Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 5ª ed. São Paulo: Cortez.
- VIEIRA, P. F.; HOGAN, D. J. (orgs.) (1992) Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. Campinas: Editora da Unicamp.
- VIEIRA, P. F. (2006) Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. In: Eisforia / UFSC, CCA – v. 4, n. 4 – Florianópolis: PPGAGR, p. 249-310.
- VIEIRA, P. F. (2007) Ecodesenvolvimento: do conceito à ação. De Estocolmo a Joanesbugo. In: Sachs, I. Rumo à ecossocioeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.